

A influência norte americana no serviço social: formação histórica e rebatimentos contemporâneos

Mariana Figueiredo de Castro Pereira
Univerisdade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
marianafcp@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo debater a influência das teorias funcionalistas advindas das ciências sociais norte-americanas no Serviço Social brasileiro nos anos 40 e 50, analisando se existem repercussões na formação e no exercício profissional na contemporaneidade. Parte-se da hipótese de que existe uma tendência atual na categoria ao ecletismo epistemológico, principalmente os de corte pós-moderno, com retorno ao *tecnicismo*, visto sob novas exigências de capacitação complementar e de respostas imediatas às demandas institucionais e societárias, distanciando as particularidades da profissão. Através de revisão bibliográfica, debruçada sobre esse período histórico, verificou-se a necessidade de novas produções e debates sobre os fundamentos do Serviço Social, entendendo que o desafio não reside no pluralismo, mas no ecletismo e em seus impactos para a identidade profissional.

Palavras-chave: Serviço Social. Tecnicismo. Estados Unidos. Brasil.

The North American influence on social work: historical formation and contemporary rebates

Abstract

This article aims to discuss the influence of functionalist theories arising from the American social sciences in Brazilian Social Work in the 1940s and 1950s, analyzing whether there are repercussions on training and professional practice in the Contemporaneity. It starts from the hypothesis that there is a current trend in the category to epistemological eclecticism, especially those of postmodern cutting, with return to technicality, seen under new requirements of complementary training and immediate responses to demands institutional and corporate institutions, distancing the particularities of the profession. Through bibliographic research, based on this historical period, there was a need for new productions and debates on the foundations of Social Work, understanding that the challenge lies not in pluralism, but in eclecticism and its impacts on the professional identity.

Keywords: Social Work. Technicalism. United States. Brazil.

Introdução

Embora seja bastante conhecida a literatura sobre as origens da profissão a partir da Revolução Industrial, no século XIX, e no Brasil no início do século XX, percebe-se pouca produção brasileira acerca do desenvolvimento específico da profissão em alguns países, em especial nos EUA, visto sua influência e responsabilidade no surgimento de uma nova *fase* do serviço social brasileiro nos anos 40 e 50. O ingresso das ciências sociais norte-americanas combinado a um intercâmbio entre escolas de serviço social, rebateram não somente nos currículos e disciplinas, mas também num movimento interno de tentativa de teorização e na emergência de um status profissional que ainda a profissão não havia alcançado.

É consenso que as ideias de Mary Richmond e Jane Adams, assim como das teorias de cunho funcionalista e positivista, repercutiram enormemente sobre as assistentes sociais brasileiras e que muitas foram interpretadas equivocadamente quando chegaram ao Brasil, contudo, identifica-se pouca produção e debate atual sobre as origens e as *protoformas* do serviço social norte-americano, suas influências em outros países e a identificação de traços reatualizados na cena profissional contemporânea. Reside nessa questão uma possível hipótese: em tempos de flexibilização do trabalho, multitarefismo de funções e perda das especificidades e identidades da categoria profissional não estaríamos revisitando a lógica do pragmatismo e tecnicismo, já superadas no Brasil?

Tais questionamentos se alicerçam na observação de novas exigências burocrático-administrativas e de capacitação complementar postas aos assistentes sociais atualmente, que distanciam as particularidades da profissão e pulverizam suas atribuições privativas, como em casos de contratação de profissionais em Ouvidorias e em alguns Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, principalmente em municípios de pequeno porte, onde as funções do assistente social e do psicólogo são reconhecidas institucionalmente como iguais.

Pesquisar as influências americanas na formação, incluindo os conteúdos curriculares que marcaram o ingresso dessas teorias no serviço social brasileiro, parece pertinente na verificação de ecletismos epistemológicos que recaem sobre o fazer profissional e seu direcionamento ético-político.

Para tal objetivo, cabe realizar um breve recorte histórico de surgimento do que convencionalmente se chama de Serviço Social norte-americano, ou *Social Work*, com destaque às pioneiras Mary Richmond e Jane Addams, que em muito suas obras repercutiram

na institucionalização do Serviço Social no Brasil, destacando como e onde elas influenciaram a criação da profissão e se ainda o fazem. De antemão, cabe apontar a dificuldade em encontrar bibliografia traduzida para o português, restringindo o debate a partir de obras como as de Balbina Ottoni Vieira, Antônio Geraldo Aguiar, Ilda Lopes, Marilda Iamamoto e José Paulo Netto o que mostra a importância de produções mais atuais sobre o tema a fim de identificar como o Serviço Social recebeu a influência do debate norte-americano, se o mantém ou já o superou por completo.

1 O serviço social norte-americano: as escolas de Richmond e Addams

Como marco histórico podemos datar que o Serviço Social enquanto profissão nasce no início do século XX, e embora suas *protoformas* sejam anteriores, ele se institucionalizará na fase monopólica do capital. No Brasil, particularmente em razão do respaldo do governo Vargas e da Igreja Católica nos anos 30, que oferecerão mercado de trabalho e formação concomitantemente, verifica-se a sua inclusão na divisão sócio técnica do trabalho e assim sua legitimação como um agente executor de políticas sociais. Porém outra tese acerca da constituição da profissão foi dominante no debate profissional.

A concepção de que o processo de racionalização da caridade e de organização da ajuda resultou na criação quase que *natural* da profissão foi largamente difundida por autoras como Mary Richmond, nos Estados Unidos, e posteriormente, por Balbina Ottoni Viera, no Brasil. Tal tese será duramente criticada por Netto (1992), que a classifica como *ingênua*; Iamamoto & Carvalho (1982), Yazbek (1993) e Faleiros (1980) embora em alguns países europeus essa tese ainda se mantenha como afirma Simões (2004).

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à evolução da ajuda, à racionalização da filantropia nem à organização da caridade; vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter *profissional*: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da *ocupação* de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura; só então os agentes se reproduzem mediante um processo de socialização particular *juridicamente caucionada* e reiterável segundo procedimentos reconhecidos pelo Estado; só então o conjunto dos agentes (a categoria profissional) se laiciza [...] (NETTO, 1992, p. 73)

Partindo da obra de Vieira (1989) para resgatar a primeira concepção sobre a

A influência norte americana no serviço social: formação histórica e rebatimentos contemporâneos

profissão, a autora descreve algumas ações e legislações voltadas à assistência pública e privada desenvolvidas nos séculos anteriores, como as Associações “Damas de Caridade” (1617) e as Sociedades Vicentinas (1833) de inspiração nas ideias católicas de Vicente de Paulo (1581-1660) que objetivavam “conhecer a realidade e a miséria mundana” e sistematizar a distribuição de doações e socorros numa perspectiva de “profissionalização do exercício da caridade” impulsionando a criação de diversas fundações religiosas e leigas.

A Lei dos pobres (*Poor's Law*), promulgada em 1601, pela Rainha Elizabeth I da Inglaterra, e o sistema Elberfeld em 1852 na Alemanha constituíram-se importantes marcos de atuação do Estado sobre as camadas mais vulneráveis e pobres. Ainda que predominassem ações das instituições privadas de cunho religioso e filantrópico, inauguravam ações organizadas pelo poder público que se desenvolveriam mais efetivamente a partir do século XIX num contexto bem diferente dos séculos anteriores: na emergência das sociedades capitalistas.

O desenvolvimento do capitalismo é marcado pela revolução industrial no século XIX na Europa e o surgimento de duas classes antagônicas. O resultado desse novo modo de produção e reprodução conhece-se bem: ressignificação do trabalho e do papel do homem sobre ele, mudanças na sociabilidade e nas relações familiares com incorporação de toda a família ao árduo labor industrial, migração para os centros urbanos em virtude da privatização das terras públicas, e a oferta de salários dentro do limite da sobrevivência combinando-se assim ao aumento da pobreza e miséria. Tais expressões exigiram novas relações entre Estado e sociedade, via regulamentação da vida social, expressa em leis sociais e trabalhistas, em vista da emergência da “Questão Social”.

O conceito em torno da “Questão Social”, do qual o Serviço Social brasileiro se utiliza fortemente, provém “[...] do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 77).

Esse termo, no entanto, não é encontrado na produção e debate do Serviço Social norte-americano, tendo associação direta com o contexto de surgimento da profissão no Brasil e na América Latina e a partir do Movimento de Reconceituação da profissão nos anos 80. Enquanto no Brasil o Serviço Social encontra-se vinculado à Ação Social da Igreja Católica, tendo como referências as encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, no cenário estadunidense a profissão se configurará de forma distinta.

A influência norte americana no serviço social: formação histórica e rebatimentos contemporâneos

Carvalho (2012 *apud* GALLEGO, 2009) identifica que o surgimento do Serviço Social no mundo relaciona-se a alguns contextos: os movimentos de investigação e reforma social, que incitaram o surgimento e desenvolvimento de pesquisas sobre a área social vendo-a como terreno científico e buscando o estudo *in loco* sobre a miséria e suas causas; novas determinações e intervenções do Estado sobre a sociedade; movimentos de organização da caridade e das obras filantrópicas e o movimento feminista, que possibilitou o ingresso da mulher no cenário público e político, como Jane Addams e Octavia Hill.

Uma das primeiras iniciativas privadas no século XIX foi a Toynbee Hall (1884), primeira experiência de Residência Social¹ (*Social Settlements*), criada por Samuel E. Barnett, um pastor protestante, numa Inglaterra que já sentia os efeitos da industrialização sobre a classe operária empobrecida. O pioneirismo centrava-se nos seus objetivos: oferecer atividades de educação e recreação à população das cidades industriais de Londres e, ao mesmo tempo, possibilitar um campo para estudos e pesquisas de grupos filantrópicos e acadêmicos interessados em conhecer o ambiente e a realidade desses grupos e famílias atendidas. Tal experiência tornou-se referência como centro de pesquisa social com intercâmbio com algumas universidades, como as de Cambridge e Oxford, e gerou a publicação de diversos artigos em conferências científicas. Além disso, tal modelo foi reproduzido nos Estados Unidos nas cidades de Nova Iorque e Chicago, que se tornariam nos anos posteriores duas das principais escolas de Serviço Social na América do Norte, tendo como mote a prática da pesquisa e diagnóstico da vida das populações.

No contexto norte-americano verifica-se que a expansão industrial associada às migrações rurais e à imigração resultou em um intenso fluxo de pessoas e de intensa urbanização. A importação das ciências sociais europeias desencadeou um novo campo de estudo, interessado na nova dinâmica societária burguesa combinada a um caldeirão multicultural onde emergiam ações de violência e miséria. Apesar da inovação do campo científico Carvalho (2012) aponta uma divisão quanto à forma de atender as refrações do capitalismo: de um lado um grupo que defendia a atuação do Estado centrado-se na promoção humana, e de outro, um que concebia o atendimento pela via da assistência e onde a responsabilidade deveria ser da iniciativa privada, fossem instituições laicas ou religiosas sob a via do voluntariado e ação das “visitadoras” ou “trabalhadoras da caridade” (*charity*

¹ Embora Vieira (1989) utilize esse termo, no Brasil se empregou o nome de *Centros Sociais* adaptando esse modelo à realidade brasileira, principalmente no período do desenvolvimento de comunidade nos anos 50 e 60 segundo Aguiar (1995).

workers).

Desse segundo grupo resultaram as *Charities Organization Societies* (C.O.S) criadas em Londres em 1869 e posteriormente nos Estados Unidos em 1877 e que tiveram papel significativo na coordenação das obras particulares. Seus objetivos estavam voltados à organização das obras filantrópicas e dos auxílios materiais, evitando a duplicidade de doações e, ao mesmo tempo, procurando conhecer a realidade do público atendido, “[...] o que demonstra uma percepção lógica e racional dos trabalhos sociais, o que não existia até aquele momento” (VIEIRA, 1984, p. 63).

A principal influente desse movimento nos Estados Unidos foi Mary Ellen Richmond (1861-1928) com muitas publicações traduzidas mundialmente, influenciando inclusive as assistentes sociais brasileiras nos anos 40 e 50. Sua obra mais conhecida “Diagnóstico Social” (*Social Diagnosis*) de 1917 teve grande repercussão em vista da I Conferência Internacional de Serviço Social em Paris em 1928. Sua experiência e estudos nasceram do período em que trabalhou nas C.O.S. onde percebeu a necessidade de preparação das visitadoras nos trabalhos de caridade. A criação de um curso em 1897 originou a primeira escola de Serviço Social em Nova Iorque, sendo incorporada à Universidade de Columbia, como curso de graduação em 1940.

O conteúdo positivista dessa obra fundamenta-se em extensa pesquisa de campo, conferindo um status científico do qual o Serviço Social precisava para definir-se como profissão. Além disso, essa obra caracteriza-se pela centralidade excessiva na técnica como forma empírica de compreensão da realidade.

Primeiramente apresenta a entrevista e a observação como técnicas para o estudo a ser realizado. Considera a primeira entrevista com o cliente o instrumento básico. Ensina como detectar se as condições observadas podem-se constituir em objeto de estudo. Seu interesse é mostrar a observação como técnica científica que será usada como técnica específica para o método. Por não admitir a pessoa isolada, nem o trabalho do social limitado ao interrelacionamento da trabalhadora social – ou assistente social e cliente (termo que adota em substituição a necessitado), mostra as exigências do método quanto à multiplicidade de técnicas a serem empregadas nas entrevistas realizadas em função das “fontes de informação diversas” (LOPES, 2006, p. 7).

Seu trabalho contribuiu inclusive na construção de uma terminologia de definição da profissão, diferenciando “*Social Service*” (Serviço Social), enquanto ações à sociedade, de “*Social Work*” (Trabalho Social), a profissão. Além disso, em sua outra obra “Caso Social Individual” (*What is Social Casework?*) de 1922, Richmond inaugura a ideia de um método

A influência norte americana no serviço social: formação histórica e rebatimentos contemporâneos

para o Serviço Social, o Estudo de Casos, definindo o conceito que seria intitulado de Serviço Social de Casos: “El servicio social de casos individuales es el conjunto de métodos que desarrollan la personalidad, reajustando consciente e individualmente al a su medio social.”²

Observa-se que tal definição envolve aspectos individuais, da personalidade da clientela³, com aspectos externos, da realidade e meio social dos atendidos visto como espaço de influências e *perigos* sobre os indivíduos. Vale lembrar que nas primeiras décadas do século XX, e dessa publicação, a psicanálise e a psicologia ainda se encontravam em seus primórdios e pouco conhecidas. Elas só serão incorporadas e largamente utilizadas pelo Serviço Social nas décadas posteriores, em publicações como de Gordon Hamilton⁴ (1941) e tardiamente no movimento de renovação brasileiro (NETTO, 2015).

Os ideais científicos sobre a assistência e caridade de Mary Richmond foram tão importantes quanto à postura mais pragmática e política, embora não necessariamente politizada (CARVALHO, 2012), de Jane Addams. As obras e produções da primeira foram mais utilizadas e propagadas no Brasil, contudo, ambas se assemelham quanto à visão reformista embasada na ética protestante, atuando de maneira menos policialesca sobre as expressões da Questão Social. Suas diferenças residem nas formas de intervenção social sobre a realidade da época, influenciando também as linhas filosóficas das Escolas de Serviço Social nos Estados Unidos.

A experiência inglesa das Residências Sociais e o constante intercâmbio entre Samuel Barnett e Jane Addams geraram os Centros de Vizinhança (*Neighborhood Center - Hull House*), que se distinguiria das C.O.S. nos Estados Unidos. Esses Centros sugeriam um espaço de convivência, de lazer e educação a qualquer grupo ou pessoas, sem distinção de classe ou tipo de necessidade, e partiam da ideia de ação política, centrada na coletividade e justiça social das classes trabalhadoras, principalmente de imigrantes e mulheres, identificando os problemas sociais ao ambiente, num movimento contrário ao de Mary Richmond e seu olhar sobre as deficiências morais e pessoais.

A primeira *Hull House* (1889) criada em Chicago voltava-se não somente ao estudo da realidade, mas reforçava a importância da conscientização das próprias pessoas e grupos atendidos sobre suas vidas, contando com a colaboração dos grupos de universitários e

² Tradução de KISNERMAN, 1977.

³ Nessa obra os indivíduos e grupos atendidos pelos assistentes sociais serão intitulados por Richmond de *clientela*, e tal uso será reproduzido pelas profissionais brasileiras. Tal terminologia foi superada atualmente e substituída por *usuário*, retirando a conotação mercantil e de prestação de serviços anterior.

⁴ HAMILTON, G. *Teoria e prática do serviço social de casos*. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

A influência norte americana no serviço social: formação histórica e rebatimentos contemporâneos

pesquisadores para promover o autoconhecimento e organização em torno de interesses comunitários e de cobrança às autoridades. Essa preocupação com o ambiente como fator de influência sobre as pessoas aparece na obra de Addams sobre os vinte anos das experiências com os Centros de Vizinhança:

A política das autoridades públicas de nunca tomar uma iniciativa, e sempre à espera de serem chamados a fazer o seu dever, é obviamente fatal em um bairro onde há pouca iniciativa entre os cidadãos. A ideia subjacente de auto governança traz divisões. As ruas são indescritivelmente sujas, o número de escolas inadequadas, legislação sanitária sem esforço, a iluminação pública ruim, a pavimentação miserável e completamente inexistente nos becos e ruas menores, e aos estábulos falta para além da descrição. Centenas de casas estão sem ligação com o esgoto na rua. Os habitantes mais velhos e mais ricos parecem ansiosos para se afastar tão rapidamente quanto eles podem pagar. Eles dão espaço para os imigrantes recém-chegados que estão densamente ignorantes de deveres cívicos.⁵

Tanto a visão mais ativista de Jane Addams quanto o método investigativo oferecido por Mary Richmond impactaram profundamente as assistentes sociais. O contexto de transformações societárias, principalmente após a quebra da bolsa de valores em NY em 1929 e a inauguração da política keynesianista apontaram novas modalidades de intervenção estatal sobre as expressões da Questão Social, impulsionando a expansão da profissão no mundo. Tal expansão se realizará no Brasil após a II Guerra Mundial no final dos anos 1930, onde o debate norte-americano começará a influenciar o Serviço Social brasileiro, substituindo a formação de cunho exclusivamente religioso europeu, e assim impactando nos currículos das Escolas de Serviço Social bem como na intervenção profissional.

Segundo Bravo; Matos (2006) o marco desta mudança de influência situa-se no Congresso Interamericano de Serviço Social realizado em 1941, em Atlantic City (EUA) onde se iniciam intercâmbios entre Escolas de Serviço Social com concessão de bolsas de estudos entre os dois países. Novas exigências societárias e institucionais advindas do desenvolvimento capitalista incentivam as assistentes sociais brasileiras a exigirem a defesa de um ensino e intervenção dentro dos modelos americanos, sugerindo que a profissão nesse país se encontrava mais avançada em razão de sua elevada sistematização e análise de cunho psicossocial.

⁵ Tradução livre sobre a obra *Twenty Years at Hull-House with Autobiographical Notes* (ADDAMS, 1912: 99) em vista da ausência de versão traduzida para o português.

2 A influência norte-americana na formação do serviço social brasileiro

O período pós-guerra, em 1945, apresenta-se caracterizado pelas economias europeias quebradas economicamente e o continente americano em processo de industrialização avançada, tendo como liderança os Estados Unidos. Deflagra-se assim um jogo de interesses internacionais com a iminência da Guerra Fria colocando o mundo em dualismos ídeo políticos liderados pela Rússia e os Estados Unidos. Como estratégia política este último passa a atuar de maneira mais incisiva sobre os países latino-americanos, sob a pauta do desenvolvimento (e da hegemonia capitalista) e como forma de combater as influências do comunismo. Fará isso através de uma política de apoio financeiro e convênios com governos objetivando a superação da pobreza e fome como etapa de ultrapassagem do estágio de subdesenvolvimento, utilizando o Desenvolvimento de Comunidade como técnica e processo para tal objetivo.

A intervenção de organismos internacionais no Brasil como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a OEA (Organização dos estados Americanos) via Desenvolvimento de Comunidade no final dos anos 40 e início dos 50 foi fundamental para a profissão, pois oferecia os aportes técnicos que as assistentes sociais necessitavam, sem, no entanto, repudiar as influências neotomistas oferecidas pelas Escolas de Serviço Social desde os anos 30.

A ideia de que o Serviço Social se institucionalizou pelos caminhos da profissionalização da caridade e filantropia teve origem nos referenciais norte-americanos, seguindo a linha das pioneiras supracitadas, e no Brasil também, como verifica-se nas obras de Balbina Ottoni Vieira, Nadir Kfoury, Helena Iracy Junqueira, e outras no país. Tal construção histórica foi facilmente absorvida pelas intelectuais e profissionais brasileiras em função das trocas de saberes e intercâmbios com os EUA. Além disso, havia a facilidade em aceitar que houve um amadurecimento da assistência, resultando na conformação da profissão, em um país com raízes profundas no catolicismo e colonialismo, onde não houve rompimento definitivo com o humanismo cristão na formação e prática dos assistentes sociais.

A presença neotomista se justifica inclusive pela influência de entidades internacionais criadas para buscar uma denominação comum sobre as práticas de ajuda e caridade, com forte conteúdo cristão: União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), criada em 1922 para agregar as escolas católicas de serviço social e a Conferência Internacional de Serviço Social (CISS) realizada primeiramente em 1928 objetivando

A influência norte americana no serviço social: formação histórica e rebatimentos contemporâneos

congregar debates e publicações de diversos assistentes sociais ou profissionais do bem-estar (VIEIRA, 1989).

Os impactos das teorias funcionalistas no Brasil refletiram no debate sobre o Serviço Social de Grupos e de Comunidade, sob interferência das experiências do Desenvolvimento de Comunidade, adaptadas da versão americana e inglesa de Organização de Comunidade. Reside nesses modelos de intervenção a continuidade da penetração das obras norte-americanas sobre as assistentes sociais brasileiras bem como nos currículos de formação:

No que se refere às modificações curriculares, se observa o estabelecimento de um processo que reaparece seguidamente: volta de um bolsista que realiza curso nos Estados Unidos, introdução de uma nova matéria no currículo (ou reorganização de alguma com a qual se assemelhava) da escola à qual está ligado, introdução no currículo mínimo recomendado pela ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – 1946), institucionalização pelo currículo mínimo exigido pelos órgãos competentes do governo. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 229)

Para Aguiar (1995) tanto a conceituação de Serviço Social de Casos como o de Grupos deu-se a partir de obras americanas, como Mary Richmond em “Caso Social Individual” (*What is Social Casework?*), Hamilton Gordon em “*Theory and Practice of Social case Work*” e a tese do padre Terence J. Cook, “*Thomistic philosophy in the principles of social group work: a dissertation*”⁶, demonstrando o alinhamento sem embates entre a filosofia humanista cristã a-histórica e as teorias funcionalistas em ambos os países. Com o Serviço Social de Comunidade também não será diferente.

Os princípios com relação ao conceito de Serviço Social de Comunidade são: a doutrina da pessoa humana, da comunidade e do bem-comum. Princípios com relação ao método: algumas escolas não vêem distinção entre católicos e não católicos. [...]. A comunidade é vista como meio para o desabrochar, para o desenvolvimento da pessoa humana, a fim de que ela possa atingir seu fim sobrenatural (AGUIAR, 1995, p. 63-64)

O Serviço Social brasileiro tomará para si o protagonismo de desenvolver as comunidades através da ideia de que ações coletivas e integradas entre o povo e os governantes seriam uma forma de superar o subdesenvolvimento, visto como entrave para o progresso social e econômico da nação. A ONU legitima esse espaço ocupado pelos assistentes sociais criando uma Divisão de Assuntos Sociais como forma de impulsionar programas com esse recorte e mais, incentivará o papel preponderante da profissão através da

⁶ Obra traduzida em espanhol e publicada pela Revista Servicio Social em 1951 em Lima, Peru.

promoção de eventos e de capacitações complementares aos mesmos.

Essa interferência resultou na valorização profissional, onde o assistente social se verá como agente de transformação; na criação do Serviço Social Rural através da Lei n. 2.631 de 1955⁷ e na revisão curricular como forma de adaptar e atender às exigências internacionais e governamentais⁸. Ammann (1997) aponta que até 1951 a literatura adotada para a formação dos técnicos e guia para o trabalho comunitário era toda produzida nos Estados Unidos, citando a obra “*Community Organization*” de Wayne Mac Millen como um dos textos adotado pelas escolas de Serviço Social.

A experiência de trabalho na área rural incentivar as primeiras produções intelectuais sobre esse assunto: “Educação dos grupos” (1957) de José Arthur Rios, “Introdução à Organização Social da Comunidade” (1958) de Balbina Ottoni Vieira e uma produção do Ministério da Agricultura intitulada “Missões Rurais de educação: a experiência de Itaperuna” (1952).

Porém, a adaptação teórico-metodológica de experiências norte-americanas de Organização de Comunidade veio combinada a uma perspectiva a-classista e acrítica e permeada de traduções literais que desconsideravam a impossibilidade de adequar premissas e técnicas às distintas e heterogêneas regiões no país. O próprio conceito de “comunidade” (community) traz ambiguidades quanto a ideia de coletividade, e ao mesmo tempo, faz referência à comunidade como mais uma clientela do Serviço Social, assim como os indivíduos e grupos. Outro ponto relevante é que os Estados Unidos já possuíam tradição de iniciativa comunitária e privada, a exemplo dos Conselhos de Bem-Estar, sem intervenção direta dos organismos estatais, o que não pode ser comparado ao Brasil e seu processo histórico de intervenção estatal como forma de concessão de políticas e leis sociais aos trabalhadores.

A Organização de Comunidade americana centrava-se na habilidade profissional em otimizar recursos e no apoio à organização da população para atendimento das suas necessidades materiais, sob um complexo procedimento de investigação, pesquisa, diagnóstico, planejamento e execução (CASTRO, 2003), que demonstrava uma tentativa de definir “um método e um processo” (CARTER, 1972), sob extenso emprego da teoria, e que tornasse o Assistente Social especialista reconhecido. Contudo, identifica-se uma associação

⁷ Decorrente das primeiras experiências de Desenvolvimento de Comunidade nas áreas rurais como a aclamada experiência em Itaperuna (RJ)

⁸ Em 1944 a Escola de Serviço Social de São Paulo introduz a disciplina Organização de Comunidade, que seria disseminada em outras escolas como revisão curricular, como proposta da ABESS em 1948.

A influência norte americana no serviço social: formação histórica e rebatimentos contemporâneos

da Organização de Comunidade como mais um espaço sócio ocupacional, onde os profissionais se diferenciavam pela técnica empregada, fosse de Casos, Grupos ou Comunidade. Não há indícios que o mesmo ocorreu no Brasil, talvez pelo fato do Desenvolvimento de Comunidade ter sido incorporado na formação como uma técnica e disciplina a mais nas Escolas de Serviço Social.

Não à toa que a educação foi a área que os assistentes sociais brasileiros mais deram enfoque o que permitiu a criação de experiências alternativas e críticas de Desenvolvimento de Comunidade, chamadas por Wanderley (1993) de práticas *heterodoxas* de Desenvolvimento de comunidade. Tais práticas, no entanto, não se desenvolverão em razão do golpe de 1964 e da instauração da autocracia burguesa no Brasil, só sendo revisitadas e repensadas durante o processo de redemocratização política e de reconceituação da profissão em meados dos anos 1970 e mais concretamente nos anos 1980 (NETTO, 2015).

No período ditatorial brasileiro (1964-1985) o Serviço Social procurará se adequar às propostas de modernização no país, seguindo a agenda dominante burguesa. Como forma de validar seu status profissional nesse novo momento, ele se aprofundará na busca pela revisão das práticas anteriores (caso, grupo e comunidade) conferindo-lhe uma operacionalização moderna, apoiada em práticas administrativo-burocráticas.

A resposta do Estado autocrático virá na sua inserção no mundo universitário e acadêmico possibilitando a continuidade da interação com a sociologia, psicologia e antropologia e outros campos das ciências humanas, que embora já existissem desde os anos 50 no debate profissional, só se concretizaram na Ditadura, ampliando o acesso a outros saberes e disciplinas e permitindo que sua subalternidade intelectual começasse a ser superada.

Netto (2015) aponta que as influências teórico-ideológicas do cenário internacional como o suporte das ciências sociais e os projetos de assistência técnica financiados pelos países capitalistas centrais corroboraram para a continuidade das influências americanas e também católicas na formação e atuação profissional. Os discursos e debates presentes no Documento de Araxá (1962) e no de Teresópolis (1970) já expressavam uma preocupação em romper com a exclusividade do Serviço Social Tradicional, de base confessional. Mesmo não o fazendo, o que o autor chama de *transformismo*, objetivava-se nesses encontros conferir um aspecto moderno à intervenção profissional, ainda sob a perspectiva de desajustamentos familiares e sociais, mas agora partindo da premissa da *globalidade*, ou seja, um olhar global do Homem, integrado ao seu sistema social: “[...] sai-se

do campo ético do neotomismo para o terreno teórico do estrutural-funcionalismo – a *globalidade* é a perspectiva das relações sistêmico-integrativas de indivíduo e sociedade”. (NETTO, 2015: 220)

No Documento de Araxá serão enfatizadas as necessidades de uma revisão das funções da profissão em dois níveis: a micro e a macro atuação. O primeiro refere-se ao seu caráter operacional, da prestação de serviços em si, já comuns ao profissional. Já o nível macro é tratado como as funções no nível do planejamento para o desenvolvimento da “infraestrutura social”, associada a programas de saúde, habitação e serviços sociais. O autor aponta ainda que a infraestrutura social era dividida da “infraestrutura econômica e física”, numa clara representação da sociedade em subsistemas atribuídos à visão do neopositivismo norte-americano.

O discurso da funcionalidade das ações do Serviço Social à época, sem qualquer alusão aos debates macro societários e das expressões da sociedade capitalista, dentro da autocracia burguesa nacional, permite uma reflexão contemporânea: se não estaríamos reproduzindo essa lógica hoje, mesmo com todo o processo de superação do conservadorismo profissional. E mais, observando o vínculo histórico da profissão com as camadas dominantes, já rompido, ao sermos requisitados institucionalmente para atender demandas e desempenhar funções que não cabem à profissão, não estamos sendo mesmo assim funcionais ao sistema e sua política neoliberal? Até que ponto ainda não nos referenciamos à produção e ao pensamento americano funcionalista?

Santos (2007) traz essa reflexão ao debate sobre o neoconservadorismo pós-moderno, que vem se reatualizando, pois atende às requisições da ordem burguesa. Para a autora o exercício profissional está sendo reduzido no interior das instituições que os contratam, com uma epistemologia pós-moderna no Serviço Social que simplifica e desqualifica o debate:

Tal característica ganha no capitalismo em crise da década de 1990 mais um aliado: as crescentes requisições do mercado de trabalho no sentido do reforço à setorialidade. No caso do Serviço Social, exposto como as demais profissões às inseguranças do trabalho na sociedade contemporânea, um tratamento acrílico de tais requisições parece estar sendo a tônica predominante junto à categoria profissional, [...]. O atendimento acrílico dessas requisições tende a fortalecer a busca por atualização teórico-instrumental relativa aos “campos de atuação” do Serviço Social vistos isoladamente. Em tempos de pós-modernidade são abundantes os materiais que, aprisionados pela lógica do fragmento, dão suporte a esse tipo de resposta. As probabilidades de expansão dessa tendência são consideráveis diante da predominância, na cultura profissional, das

A influência norte americana no serviço social: formação histórica e rebatimentos contemporâneos

preocupações “microsociais” e, conseqüentemente, da chamada “microintervenção”. (SANTOS, 2007, p. 70).

O fortalecimento da onda pós-moderna no Serviço Social - que é conservadora na sua essência – ganha apelo por exigências dos campos sócio ocupacionais, por necessidades dos próprios assistentes sociais em buscarem algum *conforto* teórico-metodológico alternativo, ao considerarem que a teoria social crítica não responde às suas inquietações, e que talvez os debates pós-modernos o façam. O desafio não reside no pluralismo, mas na análise profunda do ecletismo/sincretismo e em seus impactos para a identidade, formação e exercício profissional.

Conclusão

A atual conformação do mundo do trabalho exige aos trabalhadores a busca por respostas rápidas e espontâneas como forma de atender e se legitimar frente às demandas institucionais e societárias, tal visão toma as expressões da Questão Social como fenômenos isolados, e não como resultados da luta de classes e do modo de produção e reprodução do capital. A apreensão da realidade “para além das aparências”, como indica o debate marxiano, se constitui tarefa árdua imposta pelo cotidiano, pautado pelo conservadorismo.

Essa questão não é nova na profissão, mas adquire força ao revisitar os campos de formação e exercício sob forte conteúdo conservador e lastro das teorias positivistas. Guerra (2013) reforça a ideia de que vivemos numa conjuntura do pragmatismo, sendo este uma representação da imediatividade do mundo burguês e que incide nas relações sociais e profissionais, principalmente as de caráter interventivo. A autora percebe uma invasão do pragmatismo no marxismo e que rebate fortemente para o Serviço Social:

Nesta abordagem, assim como no Serviço Social, há uma supervalorização da prática, identificada como pura experiência, dos hábitos e costumes que serão verdadeiros se bem-sucedidos e se servirem à solução imediata de problemas. O pragmatismo é também responsável pelo profundo desprezo que, em geral, alguns profissionais sentem por uma teoria crítica, não por qualquer saber, não pelo saber prático-instrumental, mas por aquele que efetivamente busca os fundamentos e, por isso, nem sempre se reverte em respostas imediatas (GUERRA, 2013, p. 42).

Os rebatimentos profissionais já se fazem presentes atualmente: ecletismo teórico, a banalização e burocratização da prática, atuando cada vez mais pela via da ajuda

psicossocial e individualização dos problemas, numa clara retomada ao *Serviço Social de Casos*, dentro de um processo de despolitização da profissão o que pode contribuir profundamente para desconstrução da identidade profissional. O rompimento do caráter confessional, que ainda permanece no imaginário coletivo sobre o Assistente Social, ao invés de caminhar para a concepção do profissional “como aquela que defende direitos” (ORTIZ, 2010) passa a se misturar ao técnico *tarefeiro* e que responde rapidamente às demandas que lhe são postas ou impostas. Esse caminho se apresenta perigoso na atual conjuntura de crise do capital tanto à profissão quanto ao projeto societário do qual ela se alinha.

Verifica-se a necessidade de maiores pesquisas e debates acerca dos referenciais teórico-metodológicos utilizados pelos assistentes sociais nos diversos espaços sócio ocupacionais atuais, como forma de investigar se existe uma tendência de retorno ao conservadorismo e, mais precisamente, do funcionalismo positivista no exercício profissional. Além disso, nota-se a importância em conhecer mais detidamente a cena profissional norte-americana, como possibilidade de analisar nuances de influência no serviço social brasileiro.

Referências

ADDAMS, JANE. **Twenty Years at Hull-House with Autobiographical Notes**. New York: The MacMillan Company, 1912 (c.1910). Disponível em: <<http://digital.library.upenn.edu/women/addams/hullhouse/hullhouse.html>>. Acesso em set. 2015.

AGUIAR, Antonio Geraldo. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 1985.

BEHRING, Elaine & BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BELFIORE-WANDERLEY, M. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

BRAZ, M. Notas sobre o Projeto ético-político do serviço Social. In: **Assistente social: ética e direitos**. 4. ed. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2004. (Coletânea de Leis e Resoluções)

**A influência norte americana no serviço social:
formação histórica e rebatimentos contemporâneos**

BRAVO, Maria Inês; MATOS, Maurílio Castro. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, A.E. *et al.* (Orgs.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTRO, M. Manrique. **História do serviço social na América Latina**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CARTER, Genevieve W. Métodos e processos do serviço social de Organização de Comunidade. In: FRIEDLANDER, W. A. **Conceitos e métodos de serviço social**. Tradução de Evangelina Leivas. Rio de Janeiro: Agir, 1972.

CARVALHO, M. I. Contracorrentes em tempos de tempestade: o pensamento de Jane Addams e Mary Richmond no Serviço Social. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, 2012, p. 157-169. Disponível em:
<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>>. Acesso em: set. 2015.

FALEIROS, V. P. **A Política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 1980.

GUERRA, Y. A. D. A força histórico-ontológica e crítico-analítico dos fundamentos. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 10, Rio de Janeiro: 2004, p. 12-45.

GUERRA, Y. A. D. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 6, n. esp., 2013, p. 39-49.

IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, ano II, n. 3, 2001, p. 09-31.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2. ed.1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1982.

LOPES, Ilda. Redescobrimo o pensamento Richmondiano: Diagnóstico Social. **Revista Em debate**, Rio de Janeiro, n. 04. 2006. Disponível em:
<<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: set. 2015.

NETTO, José P. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise

**A influência norte americana no serviço social:
formação histórica e rebatimentos contemporâneos**

contemporânea. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo I. Brasília –DF: CEAD/UnB, 1999.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 3. ed. 1992.

NETTO, José P. **Serviço social e Ditadura**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 17ª edição. 2015.

ORTIZ, Fátima S. G. Serviço social e ética: a constituição de uma imagem social renovada. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. (Orgs.). **Ética e direitos**: ensaios críticos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, v. 03, p. 123-137.

SANTOS, Josiane S. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMÕES, P. A profissionalização do serviço social: debate internacional. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu; ANPOCS, 2004.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Precursos e pioneiros**. Rio de Janeiro: Agir, 1984.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do serviço social**: contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir, 5. ed. 1989.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e Assistência Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

YAZBEK, M C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília – DF: CEFESS/ABESPSS, 2009, p. 143 -163.

Recebido em: 25/11/2019

Aprovado em: 05/03/2020